



**ATA DA
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS**

No dia 8 de Fevereiro de 2018, pelas onze horas e vinte e cinco minutos reuniu-se a Câmara Municipal de Odivelas nas instalações dos Paços do Concelho – Quinta da Memória, em Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Um - 3ª Modificação Orçamental – 1ª Revisão Orçamental 2018. (DJGFP/DFA) -----

Ponto Dois - Proposta de Cedência de Utilização ao Município de Odivelas pelo Estado Português do Imóvel designado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas, sito no Largo D. Dinis, em Odivelas, pelo Prazo de 50 anos, bem como aprovar a respetiva minuta de Auto de Cedência de Utilização. (DM) -----

Ponto Três - Proposta de Dissolução e Liquidação da Sociedade Odivelas Viva – Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A., Proposta de Aprovação do Plano de Internalização da sua Atividade no Município de Odivelas e Nomeação do Liquidatário. (PRES) -----

A reunião iniciou-se com as seguintes presenças: -----

O Senhor Presidente: -----
HUGO MANUEL DOS SANTOS MARTINS -----

Vereadores: -----
EDGAR LUÍS SIMÕES VALLES -----
DAVID COCHAT PEREIRA DE CASTRO -----
ANA SUSANA OLIVEIRA DOS SANTOS -----
FERNANDO JORGE PAINHO FERREIRA -----
PAULO CÉSAR PRATA TEIXEIRA -----

MARCO PAULO LEMOS PINA -----
JOÃO PAULO DA CRUZ ANTÓNIO -----
MÓNICA LISA GONÇALVES VILARINHO -----
MARIA DA LUZ NOGUEIRA -----
ANA ISABEL COSME GOMES -----

O Senhor Vereador Rui Francisco não esteve presente na reunião, tendo sido substituído pela Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira. -----

Na sequência da apresentação do pedido de substituição do Senhor Vereador Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara e devido à ausência do Sr. Ricardo Henriques Tomás e da Sra. Deolinda Martins, foi chamado a tomar assento no órgão o Sr. David Cochat Pereira de Castro, eleito nas referidas listas, o qual tomou posse no cargo de Vereador da Câmara Municipal de Odivelas. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2) do dia 06 de fevereiro de dois mil e dezoito, no qual consta que as disponibilidades resultantes de operações orçamentais e de tesouraria se cifram em €11.381.769,63 (onze milhões, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e sessenta e nove euros e sessenta e três cêntimos). -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Foi aberto o Período de Intervenção do Público. -----

Foi chamada a intervir -----

A Senhora D. Joaquina Cadete Philimore, Presidente da Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas, que se referiu ao subsídio extraordinário cedido pela Câmara Municipal de Odivelas ao Banco Alimentar de Bens da Arroja e ao Instituto de Odivelas. -----

O Senhor Presidente prestou esclarecimentos sobre o assunto colocado. -----

PONTO UM

3ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2018. (DJGFP/DFA)

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º Interno/2018/1502, de 2018-02-05, com o despacho do Senhor Presidente que seguidamente se transcrevem:

INFORMAÇÃO:

"Junto se envia a proposta da 1.ª Revisão Orçamental de 2018, solicitando-se que, em caso de concordância, a mesma seja submetida para deliberação na próxima Reunião de Câmara e posteriormente remetido à Sessão de Assembleia Municipal.

Por Delegação de Competências

Despacho 4/DM/2017 de 31/10/2017

A Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento

(Dra. Susana Teixeira)"

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:

"À SAOM,

Para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara e em caso de aprovação remeter à AMO para deliberação.

O Senhor Vereador David Castro, pela bancada da Coligação Dar Força a Odivelas - PPD/PSD/CDS/PP, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

"Bom dia a todos,

Antes de mais e tendo a oportunidade de me dirigir a esta Câmara, começo por cumprimentar o Sr. Presidente de Câmara, os restantes Vereadores e tendo em conta que ainda não passaram 5 meses desde o processo eleitoral e respetiva tomada de posse, aproveito para desejar um bom mandato a todos. Cumprimentar também todos os funcionários e dirigentes desta Câmara, o público presente e a comunicação social.

Tendo em conta a 1ª Revisão Orçamental gostaria de levantar algumas questões que me parecem carecer de esclarecimento, particularmente o Mosteiro S. Dinis. Gostaria que me esclarecesse o facto de nós

estarmos a aprovar e a votar uma revisão orçamental antes de discutirmos a proposta de cedência de utilização, assim como, perceber o porquê de estarmos a votar um cabimento orçamental sem que estejamos a discutir primeiro o que fazer com o Mosteiro S. Dinis e consequentemente o processo de cedência de utilização. Este processo inclui uma questão de dotação orçamental referente à renda e portanto perceber porquê de a mesma estar incluída antes de ser discutida. -----

A 2ª questão que gostava de colocar também é no âmbito deste ponto 1 e tem a ver com a dotação orçamental dos 100 mil euros para a construção da escola EB1/JI em Odivelas. A primeira pergunta que eu lhe gostaria de colocar em relação a esta matéria é: qual a escola que nos estamos a referir e em que situação é que se prevê esta inscrição ou este reforço? -----

Terceiro ponto que gostaria de colocar e que me parece também de grande importância prende-se com a questão da ciclovia, da rede ciclável do Município de Odivelas, enquanto Presidente da JSD e militante do Partido Social Democrata tive recentemente a oportunidade de levantar esta questão e a pergunta que lhe faço é se vai no acompanhamento e no seguimento da denúncia que temos feito em relação ao facto de estarem a ignorar a rede ciclável? Estão apenas a limitar-se a propor a construção de mais uma ou duas vias pintadas de azul como foi feito anteriormente ou existe uma estratégia para o plano de rede ciclável do Município de Odivelas e qual é tendo em conta que há um reforço de mais 20 mil euros. -----

Por último, gostava de tentar perceber qual é a estratégia do Município no contexto de campanha de sensibilização quanto aos dejetos caninos sendo uma proposta de orçamento participativo 2016 com uma dotação de 76 mil euros. A pergunta passa essencialmente por que tipo de sensibilização será feita, qual a estratégia da campanha e porquê a dotação dos 76 mil euros sendo que, por exemplo no caso da execução do plano da rede ciclável que é no meu ponto de vista uma matéria de sustentabilidade do próprio Concelho e essencial também de promoção da qualidade de vida jovem e saudável, pergunto porque quero perceber qual a razão desta diferença de quase 56 mil euros entre um projeto e outro tendo em conta a importância de ambos. -----

Tenho dito! -----

Muito obrigado.” -----

Colocado à votação foi aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS e com a abstenção dos Senhores Vereadores da bancada da Coligação Dar Força a Odivelas - PPD/PSD/CDS/PP e os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada da CDU, a 1ª Revisão Orçamental de 2018, nos termos dos Mapas anexos à informação acima referida e que farão parte integrante da ata da presente reunião. -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira, pela bancada da CDU, proferiu uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

“É conhecida a nossa posição relativamente às revisões orçamentais que sendo diferentes das alterações, podem permitir ajustes no Orçamento que corrijam situações que nós criticámos e que alertámos aquando da aprovação dos Documentos Previsionais. -----

Esta, reveste-se de carácter extraordinário, para criação de novos projetos como o do “Convento de Odivelas” ou o da construção de uma escola EB1/JI em Odivelas. Se quanto ao primeiro podemos compreender o seu carácter de excecionalidade, já quanto ao segundo, consideramos que a sua não previsão e planificação aquando da elaboração das GOP para 2018, só vem confirmar o que dissemos naquele momento e que foi: -----

“... No que respeita à educação e considerando o aumento significativo do número de alunos registado no ano letivo transato, a solução encontrada pela câmara foi a colocação de contentores para solucionar o problema dos horários duplos. Esta foi a “reação rápida” encontrada que prova o que há muito dizemos da falta de perspetiva e planeamento do PS, que prefere sempre o “navegar à vista”. -----

Para a CDU o que seria expectável é que a Câmara Municipal considerasse as remodelações e readaptações das escolas existentes, bem como a construção de novas escolas, nomeadamente com o aumento de salas de pré-escolar...” Como diz o ditado, mais vale tarde do que nunca. -----

No entanto outros projetos há, que em nosso entender não tem justificação serem agora considerados como novos, como por exemplo a campanha de sensibilização contra os dejetos caninos na rua, um projeto que fazia parte do Orçamento Participativo de 2016. -----

Esta revisão orçamental dá continuidade às estratégias políticas que corresponde à linha de orientação e objetivos políticos, agora, de uma maioria absoluta PS. -----

Opções erradas que não resolvem os principais problemas de Odivelas e, com as quais, os vereadores da CDU não podem estar de acordo e que justificam o voto contra. -----

Conforme dissemos quando da discussão das Grandes Opções do Plano “... consideramos muito importantes os investimentos e intervenções da responsabilidade do Município que importa concretizar e de que são exemplo, entre muitos outros: -----

- A requalificação do Largo D. Dinis; -----
- A requalificação da Av. D. Dinis; -----
- O Parque urbano da entrada nascente de Odivelas; -----
- A reconversão do Mercado de Odivelas; -----
- O Centro Interpretativo / núcleo museológico das Águas de Caneças. -----

Não esquecemos que estes são alguns dos projetos e obras que têm constado em sucessivos planos de atividade e orçamentos e que teimam em não sair do papel. São disso exemplo a requalificação do Largo e da Av. D. Dinis e o Mercado de Odivelas em que as grandes intervenções vão estando sempre previstas para o ano a seguir ao do orçamento e GOP em apreço. -----

Ao nível da Ação Social são previstos 25 mil euros para intervenções em Centros de Dia. Uma verba absolutamente residual que não possibilitará fazer as obras / intervenções necessárias. -----

Também ao nível da habitação, não se vislumbra qualquer programa específico para erradicação do bairro do Barruncho e correspondente programa de realojamento para aquela população. -----

Outros exemplos poderiam ser dados. -----

Não obstante a nossa concordância com algumas das alterações agora apresentadas, como seja a construção de uma escola EB1/JI em Odivelas, este não é o nosso orçamento, não são as nossas opções, pelo que o nosso voto só pode ser o voto contra. -----

Os Vereadores da CDU" -----

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal. -----

PONTO DOIS

PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO AO MUNICÍPIO DE ODIVELAS PELO ESTADO PORTUGUÊS DO IMÓVEL DESIGNADO PM 1/ODIVELAS – CONVENTO OU INSTITUTO DE ODIVELAS, SITO NO LARGO D. DINIS, EM ODIVELAS, PELO PRAZO DE 50 ANOS, BEM COMO APROVAR A RESPECTIVA MINUTA DE AUTO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO. (DM) -----

Presente, para deliberação, o proposto na informação n.º Interno/2018/677, de 2018-01-16, com o despacho do Senhor Presidente que seguidamente se transcrevem: -----

INFORMAÇÃO:

"Considerando que, -----

- O emblemático monumento referido em epígrafe, denominado igualmente por Convento São Dinis e São Bernardo, erigido entre 1295 e 1305, foi mandado construir por El-Rei D. Dinis e é um importante exemplo da diversidade de estilos nas sucessivas intervenções a que foi submetido (danificado pelo terramoto de 1755 e pelas invasões napoleónicas), apresentando, a par dos escassos elementos góticos da sua traça

primitiva (e ainda existentes, nomeadamente na cabeceira da igreja, constituída pela capela-mor e duas capelas laterais), outros de características manuelinas, barrocas e neoclássicas (este último estilo patente na igreja e nos lanços do Claustro Novo), e onde acolhe os túmulos góticos de D. Dinis – primeiro exemplo português que introduz a monumentalidade na tumulária portuguesa – e de um seu descendente (este último vazio); -----

- Constituindo um inegável testemunho histórico-cultural, único no nosso país - ponto de passagem de muitas figuras notáveis (como D. João I, D. Filipa de Lencastre e D. João V) e local de realização de vários eventos (como os “outeiros” de poesia e música) e iguarias conventuais (a célebre marmelada branca e os arrepiados) -, o Convento ou Instituto de Odivelas (encerrado em 1888, na sequência de um conjunto de legislação que pôs fim às Ordens Religiosas), marcou durante mais de 100 anos um importante papel na área da educação, com a sua ocupação, no início do século XX, por uma escola pública de ensino não superior destinada a jovens do sexo feminino, filhas de militares, em regime de internato e externato, a qual veio a encerrar no final do ano letivo de 2014/2015, através do Despacho n.º 4785/MDN/2013, de 25 de março, publicado no *Diário da República*, 2ª Série, n.º 68, de 8 de abril; -----
- O Convento ou Instituto de Odivelas faz, assim, parte da identidade coletiva do Concelho de Odivelas, constituindo um inegável marco no seu desenvolvimento social, cultural e económico;-----
- Este vasto património classificado pelo Decreto de 16 de junho de 1910, de Monumento Nacional, é propriedade do Estado Português, encontrando-se representado pelo Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e sob responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional, com a área de construção de 25.445 m2 e área de espaços exteriores de 56.766 m2, conforme Plantas de Localização que se juntam sob os Anexos I e II; -----
- Mercê do Decreto-Lei n.º 125/2015, de 7 de julho, operou-se a desafetação do domínio público militar dos imóveis adstritos ao funcionamento do Instituto de Odivelas, por deixarem de ser necessários à prossecução dos fins a que se destinavam, passando a integrar o domínio privado do Estado, permitindo desta forma a sua fruição pública; -----
- Nessa medida, a figura da cedência de utilização, tal como prevista no artigo 53.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público (com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro) é a que, juridicamente, melhor se adequa à prossecução de fins de interesse público, e bem assim, de tal objetivo; -----
- O monumento em apreço encontra-se devoluto, pelo que, a sua utilização pelo Município de Odivelas, constitui uma grande oportunidade para a sua recuperação, reabilitação e adaptabilidade, elementos chave para a sua afetação a fins de interesse público, como acima referido, prosseguidos pela Autarquia, não só através da sua fruição pela população em geral (residente e visitante), como pela instalação não só dos

Serviços Municipais, mas também de outros Serviços Públicos, a par de outras instituições com interesse na cedência de espaço; -----

- Foi manifestado pelo Ministério da Defesa Nacional a vontade na realização da cedência deste relevante património ao Município de Odivelas, o qual, por seu turno, exprimiu interesse na sua utilização, conforme missivas trocadas entre estas duas entidades, e ora juntas sob o Anexo III; -----

- Neste sentido, e no pressuposto de que o valor atribuído ao imóvel poderia ser financiado pelo investimento a realizar pela Câmara Municipal de Odivelas conducente à adequação das instalações às novas funções (atendendo a que o seu valor seria determinante para o apuramento do prazo de concessão), foi através dos competentes serviços municipais realizado um levantamento das obras necessárias à reabilitação, restauro e adaptação do referido monumento e zonas adjacentes ao funcionamento de diversas entidades, em especial dos serviços municipais, sendo que, com base no aludido levantamento foi apurado uma estimativa de investimento no valor de € 16.053.510,00 (dezasseeis milhões, cinquenta e três mil e quinhentos e dez euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme estudo constante do Anexo IV; -----

- Foi, entretanto, remetida pelo Município à Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, através do Ofício n.º Saída/2015/24299, de 3 de dezembro de 2015, uma proposta contendo as condições da cedência de utilização do referido património (designado PM/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas) – investimento no montante acima referido, por um prazo de cedência de 50 anos, conforme Informação N.º Interno/2015/11434, de 2015/11/13 (Anexo V); -----

- Posteriormente, e na sequência de constrangimentos entretanto verificados, veio o Município de Odivelas apresentar uma proposta de cedência de utilização das instalações afetas ao Convento ou Instituto de Odivelas, a qual teve por base uma avaliação técnica para apuramento do justo valor da contrapartida financeira devida pela cedência das mesmas, conforme Memória Descritiva e Justificativa da Estimativa de valores de rendas e Ofício n.º Saída/2016/19795, de 12 de outubro de 2016, constantes do Anexo VI; -----

- Esta nova proposta foi oportunamente remetida pelo Ministério da Defesa Nacional à Direção Geral do Tesouro e Finanças para a competente apreciação e parecer, conforme Ofício Ref.º 9611, de 18 de outubro de 2016, ao qual foi proferida a Informação n.º 232/DSAVP/2016, de 22 de novembro de 2016, daquela entidade, contendo as condições da cedência, oficiada em 14/02/2017, mediante o Ofício n.º 946, e pelo Ministério da Defesa Nacional, através dos Ofícios n.ºs 1603, de 24 de fevereiro de 2017, e 1979, de 10 de março de 2017, constantes do Anexo VII; -----

- Pelo Despacho Conjunto n.º 5957/2017 dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Defesa Nacional, de 5 de maio de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 129, de 6 de julho de 2017, foi autorizada a cedência de utilização, ao Município de Odivelas, do imóvel designado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas, pelo período de 50 anos, mediante a contrapartida financeira devida nos termos do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, traduzida numa estimativa de investimento de €

16.053.510,00 (dezasseis milhões, cinquenta e três mil e quinhentos e dez euros) + IVA, e pagamento de uma contrapartida financeira mensal de € 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos euros), atualizável anualmente pela aplicação do coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento, determinado e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P., e homologada pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, nos termos do citado Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto (Anexo VIII); -----

- As partes já consensualizaram os termos e condições da cedência de utilização do imóvel em referência, os quais se encontram vertidos no Auto de Cedência de Utilização que agora se submete a aprovação, conforme Anexos IX e X; -----

Nestes termos, propõe-se que o executivo municipal delibere submeter, no âmbito das suas competências, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, bem como da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, na sua redação atual, à aprovação da Assembleia Municipal: -----

- a) A aceitação da cedência, pelo Estado Português, por um período de 50 (cinquenta) anos do imóvel designado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas, localizado no Largo D. Dinis, Freguesia e Concelho de Odivelas, com a área de construção de 25.445 m2 e área de espaços exteriores de 56.766 m2, delimitado nas Plantas de Localização constantes nos Anexos I e II; -----
- b) Aprovação da minuta de Auto de Cedência de Utilização do imóvel denominado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas, junta sob o Anexo X. -----
- c) A autorização para o pagamento, pelo Município ao Estado Português, da contrapartida financeira devida pela cedência do imóvel designado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas, pelo período de 50 anos, traduzida numa estimativa de investimento de € 16.053.510,00 (dezasseis milhões, cinquenta e três mil e quinhentos e dez euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, a realizar ao longo da cedência, e pagamento de uma contrapartida financeira mensal no valor de € 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos euros), atualizável anualmente pela aplicação do coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento, determinado e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P., o qual ocorrerá após obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas, e com a celebração do Auto de Entrega das instalações ao Município; -----
- d) Aprovar a repartição dos encargos contratualmente previstos, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, na sua redação atual, através da assunção de compromissos plurianuais. -----

- Tendo em consideração a normal tramitação deste processo, propõe-se que os encargos para o ano de 2018 sejam fixados, no que respeita à contrapartida financeira mensal, em 10 meses (março a dezembro) o que perfaz o montante de € 230.200,00 (duzentos e trinta mil e duzentos euros); -----

- A despesa tem enquadramento na Rúbrica COE - 21.02/04.03.01. -----

À consideração superior, -----

A Jurista, -----

(Teresa Ramos)" -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE: -----

"1. Ao DJGFP/DFA, para cabimentação prévia: -----

2. À SAOM, -----

a) Para incluir na OT da RC; -----

b) Em caso de aprovação pelo Executivo, enviar à AMO para deliberação." -----

Foram proferidas intervenções pelo **Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores pela bancada da Coligação Dar Força a Odivelas - PPD/PSD/CDS/PP, pela bancada do PS e pela bancada da CDU**, que seguidamente se transcrevem:-----

O Senhor Vereador Fernando Painho: -----

"Senhor Presidente, Senhores Vereadores -----

Trabalhadores do Município, público presente, queria cumprimentar todos! -----

A questão que estamos agora a analisar é, e já o dissemos várias vezes, uma questão central para o nosso concelho e será do ponto de vista de reorganização do concelho da possibilidade de estruturar do ponto de vista urbano este concelho que será, em nossa opinião, como já muitas vezes o manifestámos publicamente, talvez a questão mais decisivo e mais importante para o nosso concelho. -----

Gostávamos de lhe dar duas notas prévias. A primeira é a de marcação de duas reuniões de câmara em dias consecutivos, com temas tão importantes, nos provocam um sério incómodo e em nossa opinião limitam a nossa possibilidade de análise profunda dos temas e mais uma vez gostaríamos de expressar aqui o nosso protesto perante estas questões. Não só ontem houve uma reunião de câmara, como hoje estão agendados para esta reunião dois pontos de extrema importância, o Mosteiro e o problema da parceria Público Privada. -----

Posto isto gostava de dizer o seguinte, também nós pensamos que o lançamento de um debate público já devia ter acontecido. Pela parte da CDU tentámos, tanto quanto nos foi possível fazer, dentro das nossas

possibilidades esse debate mas achamos, e já o dissemos aqui nesta câmara municipal que quem deveria promover esse debate com carácter de urgência era a câmara municipal e portanto, de certo modo em nossa opinião a ordem das coisas está trocada. -----

De qualquer maneira, como todos também já perceberam, nós achamos que a vinda à posse da câmara municipal deste equipamento é uma questão positiva, lamentamos que neste país, pelos vistos há vários Estados, uns de primeira e outros de segunda e na questão do Instituto e do Mosteiro o Estado Central assumiu uma posição que em nossa opinião é muito negativa. É que despacha para cima do Município a responsabilidade de todo o investimento e não assume, como é patente nos papéis que temos à frente, não assume qualquer responsabilidade e ainda cobra rendas pela utilização. -----

É caso para perguntar e então durante estes anos todos o que é que o Estado Central fez com aquilo e a resposta é rigorosamente nada e em particular nos últimos anos deixou degradar. -----

Quanto à questão do investimento, dos 16,3 milhões, aquilo que nós podemos desejar é que os técnicos municipais tenham acertado nas contas porque de facto não nos foi possível fazer nem tecnicamente, nem do ponto de vista político uma grande análise daqueles valores, esperemos que os técnicos acertem e que sejam de facto os 16,3 milhões ou que enfim, fiquem dentro daquela margem dos 15 a 20% em que os estudos dos técnicos podem e é normal que falhem. -----

Quanto à questão das rendas, que o Estado Central se propõe cobrar e que andarão na ordem dos 23.200€ mil por mês, nós fizemos umas contas e comparámos com as atuais rendas que existem nos departamentos municipais que a câmara ainda em determinada altura, num dos papéis, faz contas de integrar no Instituto de Odivelas. Portanto, se fizemos as contas a 50 anos, com taxas de atualização na ordem, entre 1 e 2% anuais, o total de custos assumidos pela câmara ao longo destes 50 anos, perante o Estado Central, andarão entre os 18 e os 23 milhões de euros enquanto que, tendo em conta as atuais rendas que paga, pela DGOU, pelos Julgados de Paz, pelo gabinete de educação, pelo gabinete veterinário e pelo star in, o somatório de rendas nestes 50 anos andaria nos 47 milhões e portanto, apesar de estes valores que o estado Central impõe, a ida para a zona do Mosteiro, destes serviços municipais representaria uma diminuição de custos de quase 20 milhões de euros. -----

Mas eu gostava de colocar aqui outra questão que nos parece extremamente importante. Como nós já dissemos várias vezes, devemos equacionar esta questão do Mosteiro, como a derradeira hipótese de construir no nosso concelho uma área central estruturante para o concelho e nessa perspetiva nós indicámos que havia três elementos que deviam ser analisados em conjunto que era, a utilização a dar ao Mosteiro, à qual voltamos novamente a chamar a atenção para a urgência dessa discussão pública, era a construção de um Parque Verde Urbano e articulado com isto tudo o próprio complexo do Porto Pinheiro.

A análise conjunta destes três elementos permitiria criar uma centralidade estruturante para o concelho e que poderia ser um importante motor de desenvolvimento económico do concelho. -----

Para já, perante esta 1ª intervenção ficava por aqui, com esta nota: Em princípio nós estamos de acordo com a vinda à posse da Câmara do Mosteiro, lamentamos a falta de assumir de responsabilidades do Estado Central, lamentamos que até à data não tenha havido uma discussão sobre a utilização a dar ao Mosteiro. Nós já fizemos em relação a isso e penso que é do conhecimento de todos as nossas propostas, gostaria de dizer que é preciso discutir, discutir se vão para ali serviços e quem vai, mas há uma questão que para nós é central, aquele Mosteiro e todo aquele equipamento tem que ter como prioridade, suprir carências que existem neste momento no conceito e criar uma centralidade estruturante e por agora disse!"

A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes: -----

"Bom dia, começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os caríssimos vereadores, os funcionários municipais aqui presentes, a comunicação social e o público. -----

Hoje, temos uma reunião de câmara onde estamos a fazer história, e por essa razão devemos estar conscientes da responsabilidade que recai sobre todos nós. Estamos a falar de património que tem uma existência secular. É um legado dos nossos antepassados, que temos a responsabilidade de herdar, de preservar e de lhe acrescentar valor. É essa a responsabilidade que impende sobre os povos que querem continuar a existir com identidade e dignidade. -----

Dito isto, considero importante fazer uma breve síntese das sucessivas propostas que vieram à Câmara Municipal sobre esta matéria. -----

Em 18 de novembro de 2015, fomos chamados a tomar uma decisão sobre este assunto. À data o que estava em cima da mesa era uma proposta de concessão, por 50 anos, baseada no compromisso de investimento municipal de 16.000.000,00 € (dezasseis milhões). O PSD votou a favor ressaltando um conjunto de condições e de premissas. O PSD sempre reconheceu a inegável importância e valor deste património. Quando teve responsabilidades na Comissão Instaladora, no domínio do turismo, tudo fez para divulgar este património, para o valorizar, para o abrir à população. Enquanto partido político, localmente, opôs-se à decisão política irracional de encerramento do Instituto. Deste modo, quando em Novembro de 2015, votou favoravelmente, a transferência para a gestão municipal, baseou essa votação na premissa, de que era fundamental garantir que a gestão futura deste património se viesse a traduzir no reconhecimento da sua inegável importância histórica e cultural, nomeadamente através da instalação de equipamentos de âmbito cultural. -----

Em novembro de 2016, um ano depois, novamente o assunto vem à Câmara Municipal, desta vez, com a informação de que tinha ocorrido um impasse no âmbito da negociação com a administração central. A proposta colocada à deliberação, já não era uma concessão, mas um arrendamento por 30 anos, suportado por um investimento municipal no imóvel de 16 000.000,00€ (dezasseis milhões de euros), e acrescido de uma renda mensal que poderia variar entre os 13 000,00€ (treze mil euros) e os 37 000,00€ (trinta e sete mil euros). À data, novamente votamos favoravelmente, colocando as mesmas premissas sobre o uso do

equipamento. Manifestamos preocupação, porque percebemos que estávamos a falar num intervalo de arrendamento considerável, pois variava entre os 13 000,00€ (treze mil euros) e os 37 000,00€ (trinta e sete mil euros) e novamente a proposta municipal era omissa e muito vaga quanto ao destino a dar ao imóvel. --- Aliás, a declaração de voto do Partido Socialista, referia que a intenção era manter o cariz cultural do imóvel, instalar os serviços municipais, eventualmente serviços de polícia e/ou um estabelecimento de ensino. É demasiado vago, diz muito pouco, é uma intenção, mas é de facto o que existe. -----

Hoje, fevereiro de 2018, somos chamados a tomar uma decisão sobre uma cedência por 50 anos, baseada num investimento de 16.000.000,00€ (dezasseis milhões de euros), com uma renda mensal de 23 200,00€ (vinte e três mil e duzentos euros) atualizável todos os anos. Findo este período de 50 anos, o património reverte para o Estado Português e o município não terá direito a solicitar qualquer indemnização sobre o investimento efetuado. Não estaremos cá nessa altura, estarão os nossos descendentes, mas não deixa de ser uma decisão que é de facto estruturante no futuro do concelho. -----

Perante este cenário, coloca-se a questão de havendo um consenso político em torno da transferência do património para a esfera de gestão municipal, depois do encerramento do Instituto, hoje decorridos 3 anos o executivo municipal continua a não apresentar uma ideia clara e objetiva sobre o destino a dar a este património. -----

Sobre a forma como as sucessivas propostas foram evoluindo há uma questão que tem de ser referida. O Estado Português não esteve bem para com a Câmara Municipal de Odivelas. Nas diversas propostas, aquilo que impende sobre a Câmara Municipal são, sucessivamente, encargos mais pesados e mais onerosos. Hoje o Sr. Presidente disse-nos que desenvolveu uma negociação dura, e nós acreditamos que sim. Esta proposta foi o melhor que conseguiu, mas temos de dizer que o Estado Português, liderado pelo Partido Socialista, e suportado por uma frente de esquerda, não esteve bem, porque as propostas foram sendo sucessivamente mais onerosas para a Câmara Municipal. -----

Ontem na televisão, passou uma notícia sobre o Forte de Santo António, em Cascais, património de interesse municipal que está ao completo abandono, completamente destruído e vandalizado. Vimos o autarca, Presidente da Câmara Municipal a dizer que está disponível para fazer um investimento na reabilitação do imóvel, que em tempo orçou em 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), mas que de facto a administração central não se decide. Temos portanto um Estado que não salvaguarda, não reabilita, mas também não permite que outros o façam. Este é o entendimento que o atual Governo da nação tem sobre o património histórico. -----

Voltando à realidade concelhia, vamos portanto assumir que a negociação foi o menos mau, mas não é bom. -----

Considerando que o encerramento do Instituto está assumido formalmente há anos e uma vez que não foi assumido, politicamente, a sua reversão, tal como tantas outras situações foram revertidas pelo Partido Socialista, houve tempo para a Câmara Municipal ter feito a discussão pública sobre a gestão e o futuro do

imóvel. Houve tempo, também, para a Câmara Municipal, ter promovido um estudo estratégico sobre o desenvolvimento turístico em Odivelas.-----

Odivelas concelho pode ser aquilo que a Câmara Municipal quiser que seja. Fazer um estudo estratégico permite obter recomendações fundamentadas sobre ações, programas, investimentos adequados à especificidade, potencialidades e constrangimentos do território, com custos, com benefícios ancorados na arrecadação de receitas. Era fundamental a existência deste instrumento: hoje existiria informação de suporte à decisão que permitiria votar este ponto com outra segurança. -----

Em 2001, a Divisão de Turismo promoveu um plano estratégico de turismo e lazer. O horizonte temporal deste plano eram 10 anos. Tratava-se de um plano de médio prazo, que apresentava um conjunto de soluções para o desenvolvimento do concelho, ancorado no seu maior potencial que é a sua cultura. A cultura deve ser encarada numa perspetiva abrangente, não apenas ancorada no património existente: os factos históricos de que o Mosteiro e o Concelho foram palco, as tradições culturais de Caneças. Existe um passado histórico riquíssimo, com potencial para ser divulgado, celebrado, conhecido, mas essa é uma decisão da Câmara Municipal. Podem ser constituídos polos de atração cultural, um centro interpretativo, baseado no passado histórico, na vida das ordens monásticas, por exemplo, noutros factos e personagens da história nacional que cruzaram o seu destino com Odivelas. Estes equipamentos servem o interesse da população do Concelho, das suas camadas mais jovens, dos estudantes, incentivando o conhecimento sobre a história da terra onde vivem, mas têm também potencial para atração de visitantes. Dou o exemplo do Centro Interpretativo na Batalha, ancorado na história da Batalha de Aljubarrota que atrai visitantes de todo o país. -----

É preciso perceber que o turismo e a cultura podem ser rentáveis, para além de terem um papel inegável no reforço da identidade e na construção da imagem externa de um concelho que é novo, um concelho multicultural às portas de Lisboa. -----

De facto, hoje, nós, nesta decisão, não temos informação de suporte sobre o que a Câmara Municipal pretende fazer no domínio da gestão cultural deste equipamento. -----

Existindo este estudo, cujo horizonte temporal era 2010, ele foi atualizado? Foram feitos outros estudos? ----

Fernando Pessoa diz que: *"nós somos do tamanho dos nossos sonhos"*, e eu pergunto qual é o sonho da Câmara? Efetivamente o que queremos? -----

Lendo o Contrato de Concessão que nós temos aqui, nós vemos que a Câmara Municipal, podendo fazer arrendamentos de parte deste património, está vinculada a fazer arrendamentos a instituições ou entidades que prossigam fins de interesse público. Mas isso diz muito pouco, ou nada, sobre o futuro daquele património. Queremos transformar o Mosteiro numa espécie de *"retail park"* dos serviços com interesse e fim público? São serviços que depois se articulam entre si? São serviços que respeitam a dignidade que este espaço tem? -----

Existem estudos, por exemplo, sobre o impacto que terá do ponto de vista do estacionamento a fixação de serviços? Que serviços? -----

Sr. Presidente, são interrogações que temos de colocar e preocupações que temos. -----

Estamos, por princípio, de acordo com esta cedência, mas sentimos, claramente, que estamos hoje a tomar uma decisão para 50 anos, sem informação que nos permita perceber efetivamente o que é que estamos a decidir. -----

Nestes 20 anos de existência do Concelho, e nos anos mais recentes desde que existe conhecimento público de que o Instituto iria encerrar, houve tempo para planear, projetar, perceber o que queríamos fazer do território."-----

O Senhor Presidente: -----

"Sr. Vereador, para encerrar este assunto, que conforme disse, foi revisitado pela Sra. Vereadora Ana Isabel Gomes, queria dizer que, a estimativa de custos foi efetuada nessa mesma base, sendo uma estimativa de custos contemplando tudo, desde AVACS, desde a recuperação do património, desde a instalação de serviços públicos, por metro quadrado, por estimativa ou seja por aproximação.-----

Quero inclusive dizer que, não é isso que aqui está a ser deliberado, o que hoje está aqui a ser deliberado é a renda, a renda mensal que pagamos, e vou pedir ao Sr. Diretor Municipal, e nele agradeço, mais uma vez, toda a colaboração, todo o apoio, porque houve um grande trabalho jurídico e técnico que foi necessário acompanhar com os Serviços Internos, com a Administração Central e houve um trabalho bastante consequente, bastante denso, por parte também do Sr. Diretor Municipal, e nele agradeço todo o apoio, toda a colaboração e todo o empenho manifestado desde a primeira hora. -----

Quero dizer por exemplo que, só para termos por escrito que, quer um secretário de estado, quer o outro, concordavam com a proposta e se reviam naquelas condições, passaram-se quase 3 meses. Para as coisas serem feitas, da forma que foram feitas, temos que ser rigorosos, estamos a falar de 50 anos, estamos a falar de um património, monumento nacional, estamos a falar de coisas muito importantes. -----

Quero finalmente dizer o seguinte, a vida não pode ser feita de anacronismos, as coisas têm que ser feitas no momento em que estamos. Como seria possível, hoje, início do ano, trazermos uma proposta com um projeto que foi sujeito a consulta pública, que foi evolutivo e que se encerrou grosso modo em junho do ano passado? E com o período eleitoral a decorrer, como iríamos ouvir a população? -----

Mais do que isso, havia uma realidade maior, as eleições, em que a escolha é sempre da população. Provavelmente teríamos feito esse trabalho todo entre junho e dia 1 de outubro, e hoje, se estivesse outra pessoa sentada neste lugar, se calhar do alto de uma maioria absoluta, meteria o projeto na gaveta, e não estaria preocupado com o que outros decidiram noutra época, porque hoje quem mandava era ele. -----

O compromisso que assumi com todos, aqui estou também para o cumprir, porque achei que devíamos dar oportunidade a novos órgãos eleitos. deixar a democracia funcionar, receber todos os contributos e todas as

propostas. Com certeza que voltaremos a este fórum, a este debate, assim como será feito em Assembleia Municipal, como será feito publicamente envolvendo todas as forças, estou a ver o Sr. Presidente da Junta de Odivelas que tem uma participação ativa, e por isso quero dizer-vos que vamos agora dar os passos subsequentes, quero agradecer a confiança e pelo que vejo a aprovação por unanimidade, que foi aquilo pelo que sempre me debati, ou que sempre fiz por me debater... estão a dizer-me que não... espero apenas que não se abstenham também do debate, porque o que levo aqui das propostas é um Museu e um Centro Interpretativo, não houve mais para o espaço, por isso quero dizer que o Partido Socialista tem uma declaração de voto, que iremos conduzir este processo à Assembleia Municipal para seguir a tramitação, será dirigido de seguida ao Tribunal de Contas, e cá estaremos na altura para fazer a assinatura do auto de cedência. Queria pedir apenas ao Sr. Diretor Municipal para dar um esclarecimento relativamente ao valor e àquilo que ficou plasmado.” -----

A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes: -----

“Disse o Sr. Presidente que por parte do PSD não conhece qualquer proposta para intervenção no Mosteiro de S. Dinis. Dito isto é necessário clarificar algumas matérias e algumas posições de fundo do PSD, sobre esta matéria, consubstanciadas na atividade que desenvolveu quando teve responsabilidades delegadas na área do Turismo, bem como nas declarações de voto efetuadas nesta Câmara Municipal, nos anos mais recentes. -----

O PSD quando teve responsabilidades executivas na Câmara Municipal, no domínio do Turismo, ainda no tempo da Comissão Instaladora, promoveu tudo o que estava ao seu alcance para abrir este património a visitantes externos e aos munícipes. Criou as primeiras visitas regulares, acompanhadas por pessoas com formação histórica, visitas regulares, repito, criou suportes de divulgação (folhetos, guias), apoiou edições de investigação sobre o passado histórico, e promoveu a sua difusão alargada. Apoiou e fez pesquisa sobre o riquíssimo legado de doçaria conventual que este Mosteiro possui, editou livros, fomentou parcerias, com o Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar, destinadas a testar receitas, fez os primeiros festivais de doçaria conventual, convidou cozinheiros de renome, entretanto falecidos, como o Chefe Silva e a Filipa Vacondeus, críticos de gastronomia, com o objetivo de divulgar o Mosteiro, a sua riqueza cultural e patrimonial, conferindo a este património a notoriedade pública que lhe é devida. -----

Foi trabalho feito. Existiu. Não podemos dizer que não foi assim. Que o trabalho tenha sido depois descontinuado, durante cerca de mais de uma dezena de anos, até que a Câmara Municipal, novamente se tenha decidido a começar a trabalhar a marca “Marmelada de Odivelas”, e apenas isso, é uma responsabilidade que não é nossa. Lamentamos, e foi com prazer que vimos o trabalho, em parte, ser retomado. -----

Sobre aquilo que o PSD pensa e propõe sobre o conjunto patrimonial que engloba o Mosteiro de S. Dinis e o extinto Instituto de Odivelas, as declarações de voto proferidas nesta Câmara Municipal, em 2015 e 2016, que citei na intervenção anterior, refletem o posicionamento estratégico do Partido sobre esta matéria. -----

Referimos que o equipamento não pode perder o cariz cultural. Podemos detalhar o que entendemos por cariz cultural. Entendemos que Odivelas, um concelho que este ano celebra vinte anos de existência, tem de ter um museu, entendido com a dignidade que um museu requer. Que sirva não apenas público municipal, mas que possua atratividade para captar público de âmbito nacional. Nós temos património e factos históricos que nos permitem ter essa ambição. É isto que entendemos. -----

Sr. Presidente, no programa eleitoral do PSD constava a criação de um Museu. Não somos poder executivo, não temos de explicar como é que o pretendemos fazer, não é essa a nossa responsabilidade.

Mas, um museu não é um espaço de restauração com uma sala expositiva ao lado, como esta Câmara Municipal chegou em tempo a pensar para a Quinta do Espírito Santo. É um Museu, suportado por um projeto científico, feito por pessoas qualificadas, por isso falamos da importância de parcerias. -----

Para nós, PSD, o usufruto deste património deveria estar ancorado num polo de natureza cultural e histórica que respeitasse e promovesse a memória do Mosteiro de S. Dinis e do Instituto de Odivelas, instituição de ensino secular. Pode, também, o entendimento ser o da criação de um centro interpretativo. Com recurso às novas tecnologias, existe a possibilidade de recriarmos a história: recriar a fixação da ordem monástica de cister, recriar a vida monástica período medieval, o século XVI e o reinado de D. João V. Pegar nos melhores exemplos e práticas de outros Concelhos que conseguiram, com orgulho, dar a conhecer a sua identidade. -----

Os Vereadores do PSD" -----

O Senhor Vereador David Castro: -----

"Sr. Presidente, -----

Ouvi-lo falar particularmente, da suposta ausência de propostas por parte do Partido Social Democrata e consequentemente sinto que por parte da Juventude Social-democrata é no mínimo incompreensível, das duas uma, ou porque queria mesmo ouvir-nos falar sobre o tema mais uma vez ou porque não tem estado atento àquilo que temos vindo a apresentar ao longo do tempo. Particularmente porque, e aqui falo especialmente por parte dos Jovens Odivelenses e enquanto representante da Juventude Social-democrata, tivemos, desde o início da primeira hora, contra o encerramento e publicámos sempre a nossa posição. Não tenho problema nenhum em informá-lo que estivemos sempre contra uma decisão do Partido Social Democrata que estava no Governo na altura do fecho do Mosteiro. Essa foi logo a primeira tomada de posição da JSD de Odivelas e consequentemente uma parte do PSD de Odivelas, tivemos o cuidado também, de informar a população, que a responsabilidade de isto estar a acontecer era do Partido Socialista, porque foi o Partido Socialista que levou Portugal ao ponto em que chegou e foi por uma

consequência do problema da presença da Troika que chegámos onde chegámos para que ter tomar esta decisão. Informámos os Jovens Odivelenses que tínhamos uma proposta para apresentar para o Mosteiro de Odivelas e não tivemos nunca medo de levantar esta questão, tanto é que, relembro, e não sei se tem estado atento, tivemos o cuidado de visitar o Mosteiro de Odivelas por mais de uma vez. Tivemos o cuidado de propor a integração da START IN no Mosteiro de Odivelas como proposta para o futuro do próprio Mosteiro, penso que a Vereadora da Juventude Mónica Vilarinho tem presente, tivemos o cuidado de apresentar um debate com a participação dos jovens de Odivelas, dentro de sede própria, defendemos um projeto de recuperação do centro histórico onde incluísse o próprio mosteiro, isto para o esclarecer, não estamos de olhos fechados, temos tido o cuidado de procurar junto da juventude de Odivelas quais são as necessidades que os próprios encontram para poder responder a uma série de desafios que temos enfrentado neste município cujos quais muitos deles o Sr. Presidente ignora. Temos tido também o cuidado de tentar no mínimo receber esses contributos dos Jovens Odivelenses. -----

Por último, há uma questão que gostaria de colocar, já foi colocada aqui mas sinto necessidade de reforçar, como é que podemos estimar um investimento de 16 milhões de euros para uma valência tão importante como o mosteiro, sem que haja objetivamente um projeto concreto, um plano que decida e que defina concretamente aquilo que se quer executar e como se quer executar. Aquilo que tenho vindo a ouvir, pese embora seja a minha primeira Reunião mas tendo o trabalho de casa feito, e com alguma atenção face aquilo que têm sido as decisões que têm vindo a ser tomadas aqui, parece-me que há uma eventualidade, ideia, proposta, há uma estimativa daquilo que pode vir a acontecer mas não há efetivamente um plano que provoque uma justificação do investimento de 16 milhões de euros. -----

Tenho dito. -----

Gostaria de pedir aos serviços que esta intervenção constasse em ata, bem como a do ponto nº 1." -----

O Senhor Vereador Edgar Valles: -----

"Tenho que começar por dizer, que estou bastante espantado com o rumo que o debate deste ponto está a tomar, sobretudo pela forma como o Partido Social Democrata está a tentar encaminhar este debate. Pensei eu ao ver finalmente o agendamento deste ponto, que se tem vindo à arrastar nos últimos três anos, e portanto, isto é o culminar de um processo que naturalmente (como diz o Senhor Presidente da Câmara) não foi perfeito, mas foi o possível e era urgente efetivar, para combater o estado de degradação a que o Mosteiro São Dinis e São Bernardo têm sido votado nos últimos três a quatro anos, bem como, toda aquela zona envolvente que, penso que aí estamos todos de acordo, que terá de ser naturalmente um parque da Cidade, até porque está dentro do que é zona especial de proteção do Monumento Nacional que é o Túmulo do Rei D. Dinis, e portanto, toda aquela zona estando nesta ZEP (Zona Especial de Proteção) impede que haja qualquer construção e portanto, naturalmente havendo sete hectares de zona verde, não poderá haver a construção de arranha-céus e portanto, penso que é bastante natural a todos que estes sete

hectares terão de permanecer como um parque verde, como aquele que será certamente o grande parque verde da Cidade de Odivelas. Mas dizia eu, estou bastante espantado com o rumo que isto está a tomar porque, eu compreendo que, quando venha a esta Reunião de Câmara ou quando venha à Assembleia Municipal o que será o futuro daquele espaço, naturalmente aí a discussão seria acesa, mas estou bastante espantado (e dizia eu) como é que nesta fase do processo em que é o culminar desta negociação, em que é o assumir pela Câmara a gestão daquele espaço, como é que a discussão está exatamente nesta primeira fase a tomar estas proporções, que seria de esperar que fossem mais a jusante. Espanta-me como é que o Partido Social Democrata está a tentar debater aqui nesta reunião, aquilo que será espetável que debata mais tarde no período da consulta pública e até mesmo na Reunião de Câmara que defina o que quer que seja o futuro daquele espaço. E até mesmo como algumas barbaridades como acabamos aqui de ouvir, dizia há pouco um dos Senhores Vereadores do PSD que seria de esperar que o atual governo tivesse revertido o encerramento do Instituto de Odivelas, coisa que pasme-se, foi exatamente efetivada pelo vosso governo, mas chegaram ainda mais longe com a última intervenção, o Senhor Vereador David Castro disse mesmo que o Instituto de Odivelas encerrou por ordem de um governo PSD, devido ao estado em que o PS deixou o País. Reverteria o encerramento que foi o Senhor Ministro Aguiar Branco que levou a cabo, dois anos depois de aquilo estar completamente abandonado. Todos os presentes nesta sala sabem, que o exército não só levou a mobília, como até arrancou as calhas técnicas, arrancou os fios elétricos e levou a canalização, ou seja, aquilo está completamente esventrado, por ordem certamente do Senhor Ministro Aguiar Branco, e portanto, ainda põem a tónica, que o PS poderia ter revertido aquilo que os Senhores fizeram. Vivemos todos no Wonderland da Alice, e portanto, deveria de haver aqui o mínimo de coerência dos Senhores Vereador, parece que de facto acordaram agora, portanto, tiveram estes anos em gestão e que só agora na oposição é que começaram de facto a pensar seriamente. Espanta-me bastante que estejam a levar este debate para este sítio, penso que esta Reunião de Câmara deveria ser um grande momento de união em torno daquilo é o Património de todo o Concelho.-----

Todos concordamos que a Câmara tem esta obrigação moral de assumir a gestão daquele espaço, que aquele espaço deve de continuar a estar na esfera pública, não devendo ser nada da esfera privada, que não traga riqueza nenhuma à população deste Concelho, e por isso, mais uma vez apelo aos Senhores Vereadores que façam desta Reunião de Câmara, deste ponto, da votação deste ponto, um grande momento de humildade, que naturalmente mais tarde é a jusante no que será depois a consulta pública. Irá certamente (espero eu que não) dividir-nos naquilo que são as nossas ideologias políticas, mas neste momento espanta-me muito que não possamos estar unidos nesta que é o culminar de uma negociação, que não é perfeita, e que foi bastante difícil, mas que é naturalmente a possível.”-----

O Senhor Vereador Paulo César Teixeira: -----

"Bom dia Sr. Presidente cumprimentando-o a si, cumprimento todos os presentes. Aquilo que eu gostaria de dizer e gostaria de transmitir é que eu ainda não vi aqui dar-lhe os parabéns Sr. Presidente é que nós de facto estamos a discutir uma realidade, nós não estamos aqui se quisermos preocupados como Cascais ainda em resolver o problema. A Sra. Vereadora, deu um bom exemplo, Cascais é um bom exemplo da inoperância do Município; é que ao contrário do Município de Odivelas que independentemente do fim procurou resolver de imediato o problema não permitindo que chegássemos àquela vergonha nacional que é aquele Forte. Nós hoje estamos aqui todos de parabéns, porque esta discussão que estamos a fazer, sobre como é que queremos e que estamos a ter muito que fazer, mais que o que o Sr. Presidente se comprometeu a fazer de forma pública, aberta e transparente eu acho que nós acabamos como diz o Sr. Vereador Edgar Valles de subverter o princípio sobre o qual estamos aqui que é efetivamente um momento de grande alegria. O PSD local teve e não tinha outra maneira, temos que o dizer aqui porque seria o único partido que ficava de fora, ficava um bocadinho mal o PSD local esteve nas manifestações, esteve em todo o lado, mas srs. Vereadores não vamos tapar o sol com a peneira. Aquilo que motivou o encerramento do instituto nem sequer foi uma questão económica, porque o instituto era rentável, os anteriores comandantes que estiveram à frente do instituto apresentaram propostas, foram maltratados, foram exonerados e foram inclusivamente desterrados do país por estarem contra o encerramento do instituto porque apresentaram propostas de viabilidade económica para o próprio instituto que não foram tidas em consideração, porque o que esteve em causa foi uma questão ideológica. Isto é evidente e tinha a ver com a questão da segregação do ensino, portanto há que o assumir, há é dois PSD's, há um PSD que localmente não pode, não tem condições de assumir uma outra posição que não seja defender a questão do instituto mas eu acredito que tenha causado verdadeiramente grandes engulhos ao PSD local ter que debater isto e ter que assumir que aquilo que foi feito ali foi um crime e é um crime que nós estamos, neste momento, e que o Sr. Presidente da Câmara conseguiu reverter que é independentemente do fim há uma coisa que temos a certeza é que este instituto, este edifício, onde está sepultado o Rei D. Dinis que não é um Rei qualquer, é uma vergonha para todo o país que tenha sido deixado naquele estado, como disse o Sr. Vereador, tenha sido pilhado pelo exército, pilhado e vou ficar por aqui que é para não fazer mais perguntas, porque eu gostava de saber onde é que está o espólio do instituto de Odivelas, gostava de saber, e gostava de saber quais foram as cautelas que o governo do PSD teve no desmantelamento do instituto, gostava de saber, gostava de saber onde é que o Sr. Ministro Aguiar Branco e os seus assessores tem o relatório de onde estão as coisas que saíram dali do instituto, eu gostava de saber onde é que estão, porque eram tão património dos munícipes de Odivelas como as paredes que lá ficaram e se calhar era isso que nós devíamos estar aqui hoje a debater que era congratular-nos por, de facto, termos conseguido salvaguardar o património do instituto de Odivelas e o património dos cidadãos de Odivelas; mas não estamos aqui a discutir porque o Sr. Presidente devia primeiro ter discutido o que é que queria, se calhar têm razão, mas devíamos ter discutido isto continuar a discutir, se calhar têm razão, se calhar estávamos era a discutir uma

nulidade, porquê? Porque quando chegássemos a bom porto com isto já não teríamos o instituto de Odivelas, temos muito tempo para discutir isso, mas com a segurança de uma coisa. É que neste momento a Câmara Municipal pode cortar o mato, a Câmara Municipal pode salvaguardar o património, a Câmara Municipal pode fazer reparações, a Câmara Municipal de Odivelas pode honrar o nome de Odivelas e digolhes Srs. Vereadores eu não tenho pressa para decidir, porque a pressa para decidir é normalmente uma má decisão, vamos conversar sobre isso, quem sabe eu não tenho dúvidas que o PSD terá propostas muito válidas para esse assunto, que o Partido Comunista terá e apresentou em campanha propostas muito válidas algumas até coincidentes com algumas do Partido Socialista para a questão das zonas verdes e etc. mas estamos a discutir aqui o quê hoje? Nós hoje estamos a discutir que conseguimos finalmente, e quem nos dera que tivesse sido antes, conseguimos finalmente trazer para a esfera do Município de Odivelas a salvaguarda do património, que é um património de todos os Odivelenses é isso que devíamos estar aqui e não ouvi uma palavra, uma única palavra de ninguém a congratular o Sr. Presidente por ter levado a cabo esta negociação e ter conseguido, independentemente dos méritos, que esta negociação trouxesse este património para nós podermos fazer uma discussão pública àcerca desta matéria. Portanto Srs. Vereadores eu estou aqui na qualidade de membro do Partido Socialista mas essencialmente com a legitimidade que me é conferida e por ter sido eleito como qualquer um de vós para dar os parabéns ao Sr. Presidente por ter levado a cabo esta negociação e trazer para a nossa discussão hoje o Instituto de Odivelas, é por isso que estamos aqui hoje é porque hoje é de facto um momento de grande alegria para os Odivelenses porque vamos finalmente tomar conta daquilo que é nosso, infelizmente as circunstâncias não são as melhores se podia ser mais barato? Podia! Se o governo teve para connosco uma atitude prepotente? Teve! Mas infelizmente eu tenho que vos dizer isto, seja o governo do PS ou do PSD que esteja no governo têm sempre uma atitude prepotente, infelizmente para todos nós, porque eu não acredito que o PSD tenha conseguido do alto da sua grande influência política reverter, influenciar ou ter qualquer opinião sobre a questão do encerramento do instituto. Vocês a vossa opinião provavelmente valeu zero, infelizmente para todos os Odivelenses, quem me dera que vos tivessem ouvido, mas não ouviram, valeu zero a vossa opinião, nós aqui a nossa não valeu zero, valeu uma negociação, será a melhor negociação? Foi a negociação possível, mas é a negociação que garante que os Odivelenses vão poder usufruir daquele espaço e nós podemos discutir livremente aqui em Odivelas o futuro que queremos dar àquele espaço, Sr. Presidente, disse! Muito Obrigado.”

O Senhor Vereador João António:

O Sr. Vereador João Paulo António tomou da palavra tendo iniciado a sua intervenção parabenizando o Sr. Presidente da Câmara Municipal e todo o executivo que participou no processo de negociação da cedência do Mosteiro S. Diniz e S. Bernardo – conhecido como Mosteiro de Odivelas – à Câmara Municipal de Odivelas por 50 anos, dizendo ainda que a aprovação deste ponto foi precedida do envio de toda a

documentação necessária ao esclarecimento de possíveis dúvidas, nomeadamente da minuta do auto de cedência anexo aos documentos do Ponto da Ordem de Trabalhos da reunião, onde pode ler-se que o investimento visa a recuperação do imóvel tendo em vista a sua conservação, restauro e adaptação adequada à instalação de serviços municipais e outros para fins de interesse público que se inserem no âmbito das atribuições previstas, designadamente no artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Com isto sublinhou a intenção do Sr. Presidente, afirmada perante os odivelenses, quanto à realização de discussão pública com vista à auscultação da população sobre o destino do Mosteiro, não fazendo por isso sentido aprovar desde já em reunião de executivo camarário o destino final a dar àquele espaço sem que antes se levasse a cabo a referida consulta pública, cumprindo o compromisso assumido perante os munícipes. O Sr. Vereador afirmou ainda estar certo de que será intenção do Sr. Presidente da Câmara envolver os representantes dos partidos políticos da oposição, bem como a Junta de Freguesia de Odivelas e todas as instituições de interesse público do concelho de forma a que esta discussão seja o mais participada possível.” -----

A Senhora Vereadora Susana Santos: -----

“Boas Tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Sr. Presidente, as Sr.^{as} e Sr.^{es} Vereadores, cumprimento em particular o Vereador David Castro e dou-lhe as boas vindas a este Executivo. Cumprimento também os trabalhadores e trabalhadoras do Município e público presente. -----

Sr. Presidente, eu tenho estado a assistir a esta discussão e parece-me que estamos a ter uma discussão um bocadinho bipolar, ou como diz o povo, queremos «sol na eira e chuva no nabal». -----

Por um lado o PSD queixa-se que quer ser ouvido e que tem propostas e pelos vistos já apresentou duas que são o Museu e a Start-In, mas por outro lado diz que o Sr. Presidente já devia ter um plano. -----

Ou seja, queriam que o Sr. Presidente assumisse um compromisso prévio antes da discussão, antes dos órgãos serem ouvidos - Câmara Municipal e Assembleia Municipal- e antes da população ser ouvida e sem que conhecer quais são os timings e as condições da cedência, portanto. -----

Mas eu relembro que não foi esse o compromisso do PS e do Presidente da Câmara quando se propôs às eleições. Comprometeu-se a receber o monumento e a abrir uma discussão pública e por isso e por outras razões, mas seguramente também por esta razão, relembro que o PS mereceu a confiança da população com uma maioria absoluta. -----

E portanto quero dizer que, tendo em conta este compromisso que assumimos, considero que estamos aqui a honrar o compromisso com a população, que estamos a honrar o dever moral que temos perante aquele monumento e estou de consciência tranquila. -----

Mas se o PSD não está e se considera que está a votar de olhos fechados eu acho que só tem uma saída política que é votar contra.” -----

O Senhor Vereador Paulo César Telxeira: -----

"Sr. Presidente, enfim prestar uma clarificação pontual, eu aquilo que disse não disse que conhecia as propostas do PSD mas que reconhecia com certeza no PSD validade na capacidade de apresentar essas propostas e portanto como qualquer um de nós, como disse a Sra. Vereadora Susana Santos eu corroboro as palavras dela, nós estamos aqui, o que foi feito foi uma coisa muito clara, nós fizemos uma estimativa de custos para a recuperação e para colocar independentemente do uso é feito uma estimativa de um valor que é um valor m2 para a recuperação de um imóvel como é evidente, estamos a falar de um investimento a 50 anos é sempre uma estimativa porque é a 50 anos e nós acreditamos que o país nos próximos 50 anos será com certeza um mar de rosas mas se não for essa estimativa terá sempre que ser revista e isso é objetivo nós estamos a falar de um investimento de 16 milhões de euros que pode ser um investimento de 14 ou um investimento de 20, isso é evidente mas para o negocio tínhamos de fazer uma estimativa o que é real é efetivamente a renda que vamos pagar e o que vale efetivamente mas eu estou perfeitamente de acordo que quando nós, como disse a Sra. Vereadora, quando nós não estamos à vontade e de facto não conseguimos estar descansados com a forma como feito o processo e essencialmente com duvidas sobre a questão como foi calculado o investimento, temos efetivamente uma saída que é votar contra pelas razões que estão aduzidas aqui e portanto eu desafio o PSD a votar contra esta matéria." -----

O Senhor Vereador Fernando Painho Ferreira: -----

"Gostava de reafirmar aqui as posições que tomámos. Não só em relação à utilização daqueles espaços, como em relação à prossecução do debate público. -----

Tivemos ocasião, de numa reunião de câmara anterior, reafirmar a urgência que púnhamos no debate público, e a necessidade desse debate ser conduzido pela Câmara Municipal de Odivelas. Nessa mesma reunião, propusemos que fosse criada uma comissão consultiva, composta por todas as forças políticas aqui representadas e esta proposta, a comissão consultiva, essa, que acompanhasse este debate e infelizmente essa proposta foi rejeitada pelo Partido Socialista.-----

Volto a afirmar aquilo que até ao momento são as nossas propostas para aquilo que está hoje aqui em discussão. Nós assumimos que deveria ser feito um museu com três valências essenciais, uma virada para a reprodução da vida no Convento, outra que guardasse a história da vida no Instituto de Odivelas e o seu espólio e outra componente desse museu é que fizesse, digamos, a história de todo este território, desde os tempos pré-históricos aos tempos de hoje, de todo este território que é atualmente o nosso concelho.-----

Propusemos igualmente a construção de um Lar de Idosos, de equipamentos para idosos e para a infância, um Jardim de Infância. Propusemos que, articulando, com a área verde com o grande Parque Central, que agora parece que toda a gente está de acordo, se deslocassem para ali as instalações da Policia de Segurança Pública, o que permitia de certo modo mitigar alguns problemas de segurança que todos os parques verdes urbanos têm e propusemos igualmente que os espaços, depois do estudo criterioso, pudesse ser fundamentalmente dados atividades culturais e eventualmente algumas áreas de ensino. -----

Dissemos na altura e voltamos a dizer que a zona verde deveria ter uma área comercial, que tornasse numa zona viva, que não fosse... numa zona bastante viva porque é isso que Odivelas precisa na sua centralidade e dissemos na altura e voltamos a dizer aqui hoje, a proposta que apresentámos não era uma proposta fechada, era uma proposta para ser enriquecida no âmbito de uma grande discussão pública que voltamos a dizer que achamos que é essencial. -----
Mas dizer-vos que vamos votar favoravelmente esta proposta.” -----

O Senhor Presidente: -----

“Sem o processo estar concluído, como é que alguém podia começar a negociar o que ainda nem tinha a certeza que viria? Eu fui muito claro, não consigo ser mais claro, e mais coerente do que isto, gostava que as minhas intervenções ficassem em ata.” -----

Colocado à votação foi aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS e dos Senhores Vereadores da bancada da CDU e com a abstenção dos Senhores Vereadores da bancada da Coligação Dar Força a Odivelas - PPD/PSD/CDS/PP, o seguinte, nos termos da Informação acima transcrita: -----

1. -----
 - a) **A aceitação da cedência, pelo Estado Português, por um período de 50 (cinquenta) anos do imóvel designado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas, localizado no Largo D. Dinis, Freguesia e Concelho de Odivelas, com a área de construção de 25.445 m2 e área de espaços exteriores de 56.766 m2, delimitado nas Plantas de Localização; -----**
 - b) **A Minuta de Auto de Cedência de Utilização do imóvel denominado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas; -----**
 - c) **A autorização para o pagamento pelo Município ao Estado Português devida pela cedência do imóvel designado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas, pelo período de 50 anos, de uma contrapartida financeira mensal no valor de € 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos euros), atualizável anualmente pela aplicação do coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento, determinado e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P., o qual ocorrerá após obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas, e com a celebração do Auto de Entrega das instalações ao Município; -----**
 - d) **A Repartição dos encargos contratualmente previstos, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso**

das entidades públicas, na sua redação atual, através da assunção de compromissos plurianuais;-----

2. Que os encargos para o ano de 2018 sejam fixados, no que respeita à contrapartida financeira mensal, em 10 meses (março a dezembro) o que perfaz o montante de € 230.200,00 (duzentos e trinta mil e duzentos euros). -----

O Senhor Presidente, pela bancada do PS, **o Senhor Vereador Fernando Painho Ferreira**, pela bancada da CDU, e **o Senhor Vereador Marco Pina** pela bancada da Coligação Dar Força a Odivelas - PPD/PSD/CDS/PP, proferiram declarações de voto que seguidamente se transcreve: -----

O Senhor Presidente: -----

“É do conhecimento de todos que o Partido Socialista nunca esteve de acordo com a decisão do governo anterior, de coligação PSD/CDS, em encerrar o Instituto de Odivelas. Muitas foram as diligências, institucionais e públicas, levadas a efeito para impedir esse desfecho. Algumas delas, inclusive, promovidas pela sociedade civil, como também pelas alunas e ex-alunas do Instituto de Odivelas, a que nos associámos. -----

Infelizmente, não foi possível contrariar essa vontade incompreensível que deixou vazio o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, destruindo uma instituição de ensino que remontava a Janeiro de 1900. -----

A sua história longa, rica e única foi abruptamente interrompida, deixando devoluto um vasto património classificado de Monumento Nacional, sem quaisquer perspetivas de usufruto nem um projeto de utilização futura. -----

Foi fechar, porque sim! Sem justificação e sem horizonte. -----

Importa sublinhar que este património foi mandado construir por D. Dinis, Rei maior da História de Portugal que repousa no local para a eternidade. -----

Face ao prestígio, valor e significado histórico e cultural deste imóvel, e por saber da importância que se reveste para o Concelho de Odivelas, para a sua identidade e suas raízes, a Câmara Municipal nunca baixou os braços na procura de uma solução que permitisse salvaguardar e valorizar este verdadeiro símbolo do nosso território. É importante não esquecer que Odivelas se encontra num grupo restrito de cidades que contam com Monumentos desta grandeza e imponência que tanto enobrece o nosso País e o povo que somos. -----

Nesse sentido, foram encetadas negociações com o Ministério da Defesa Nacional, tendo em vista a cedência do imóvel conhecido por Convento ou Instituto de Odivelas, a título precário, por um prazo alargado, uma vez que classificação de monumento nacional impede a transferência deste património para o nosso Município, por via de aquisição ou outra. -----

Estamos hoje, portanto, a dar o primeiro grande passo que mudará o rumo deste espaço. Rumo esse onde prevalecerá a conservação e a valorização do nosso Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo, além da sua legítima fruição por parte da população residente e visitante, assim como o importante e urgente restauro do túmulo do nosso Rei-Poeta. -----

Após deliberação da AMO e da obtenção do necessário visto pelo Tribunal de Contas, decorrerá ainda um período de discussão pública, no sentido de ouvirmos os contributos da população e, assim, encontrarmos as melhores e mais equilibradas soluções de utilização futura deste nosso património secular. -----

O envolvimento da população na gestão do território, na apresentação e discussão de sugestões e de propostas, tendo em vista a melhoria da vida pública é, de facto, determinante para dar continuidade, em particular, a todo o trabalho e investimento realizado neste processo em prol da comunidade odivelense, do seu passado, da sua memória e da sua identidade. -----

No Concelho de Odivelas, e enquanto autarcas eleitos pelo Partido Socialista, muito nos orgulhamos da nossa participação no inequívoco desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida do nosso território.

Procuramos manter, de forma constante, uma relação profícua de colaboração e de proximidade com as instituições e demais agentes locais, bem como de diálogo direto e permanente com os nossos munícipes.

É isso que iremos fazer aqui também, pois queremos encontrar e dar o melhor caminho para o futuro do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo. -----

Por isso e pelas razões acima expostas, votámos **favoravelmente** a presente proposta. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores do PS." -----

O Senhor Vereador Fernando Painho Ferreira: -----

A questão que estamos agora a analisar é, e já o dissemos várias vezes, uma questão central para o concelho de Odivelas e, será do ponto de vista de reorganização do concelho a possibilidade de estruturar do ponto de vista urbano este concelho que será, em nossa opinião, como já muitas vezes o manifestámos publicamente, talvez a questão mais decisiva e mais importante para o nosso concelho. -----

Gostávamos de lhe dar duas notas prévias. -----

A primeira é a de marcação de duas reuniões de câmara em dias consecutivos, com temas tão importantes, nos provocam um sério incómodo e em nossa opinião limitam a nossa possibilidade de análise profunda dos temas e mais uma vez gostaríamos de expressar aqui o nosso protesto perante estas questões. Não só ontem houve uma reunião de câmara, como hoje estão agendados para esta reunião dois pontos de extrema importância, o Mosteiro e o problema da parceria Público Privada. -----

Posto isto gostava de dizer o seguinte, também nós pensamos que o lançamento de um debate público já devia ter acontecido. Pela parte da CDU tentámos, tanto quanto nos foi possível fazer, dentro das nossas possibilidades esse debate mas achamos, e já o dissemos aqui nesta câmara, que quem deveria promover

esse debate com carácter de urgência era a câmara municipal e portanto, de certo modo em nossa opinião a ordem das coisas está trocada. -----

De qualquer maneira, como todos também já perceberam, consideramos que a vinda à posse da câmara municipal deste equipamento é uma questão positiva, lamentamos que neste país, pelos vistos há vários Estados, uns de primeira e outros de segunda, e na questão do Instituto e do Mosteiro, o Estado Central assumiu uma posição que em nossa opinião é muito negativa. É que “*despacha*” para cima do Município a responsabilidade de todo o investimento e não assume, como é patente nos documentos que temos à frente, qualquer responsabilidade e ainda cobra rendas pela utilização. -----

É caso para perguntar e então durante estes anos todos o que é que o Estado Central fez com aquele equipamento, e a resposta é rigorosamente nada e em particular nos últimos anos deixou degradar. -----

Quanto à questão do investimento, dos 16,3 milhões, aquilo que nós podemos desejar é que os técnicos municipais tenham acertado nas contas porque de facto não nos foi possível fazer nem tecnicamente, nem do ponto de vista político uma grande análise daqueles valores, esperemos que os técnicos acertem e que sejam de facto os 16,3 milhões ou que enfim, fiquem dentro daquela margem dos 15 a 20% em que os estudos dos técnicos podem, e é normal que falhem. -----

Quanto à questão das rendas, que o Estado Central se propõe cobrar e que andarão na ordem dos 23 mil 200 € por mês, nós fizemos umas contas e comparámos com as atuais rendas que existem nos departamentos municipais que a câmara, em determinada altura, faz contas de integrar no Instituto de Odivelas. Portanto, se fizermos as contas a 50 anos, com taxas de atualização na ordem, entre 1 e 2% anuais, o total de custos assumidos pela câmara ao longo destes 50 anos, perante o Estado Central, andarão entre os 18 e os 23 milhões de euros, o que, tendo em conta as atuais rendas que a Câmara paga, pelo DGOU, pelos Julgados de Paz, pelo gabinete de educação, pelo gabinete veterinário e pelo star in, o somatório destas rendas nestes 50 anos, andaria nos 47 milhões e portanto, apesar de estes valores que o Estado Central impõe, a ida para a zona do Mosteiro, destes serviços municipais representaria uma **diminuição de custos de quase 20 milhões de euros**. -----

Mas gostava de colocar aqui outra questão que nos parece extremamente importante. -----

Como nós já dissemos várias vezes, devemos equacionar esta questão do Mosteiro, como a derradeira hipótese de construir no nosso concelho uma área central estruturante para o concelho e nessa perspetiva indicámos que havia três elementos que deviam ser analisados em conjunto, a saber: -----

- A utilização a dar ao Mosteiro, à qual voltamos novamente a chamar a atenção para a urgência dessa discussão pública; -----
- A construção de um Parque Verde Urbano e articulado com isto tudo; -----
- O próprio Complexo do Porto Pinheiro. -----

A análise conjunta destes três elementos permitiria criar uma centralidade estruturante para o concelho e que poderia ser um importante motor de desenvolvimento económico. -----

Em princípio nós estamos de acordo com a vinda à posse da Câmara do Mosteiro, lamentamos a falta de assunção de responsabilidades do Estado Central, lamentamos que até à data não tenha havido uma discussão sobre a utilização a dar ao Mosteiro. Nós já fizemos em relação a isso e penso que é do conhecimento de todos as nossas propostas, gostaria de dizer que é preciso discutir, discutir se vão para ali serviços e quem vai, mas há uma questão que para nós é central, aquele Mosteiro e todo aquele equipamento tem que ter como prioridade, suprir carências que existem neste momento no concelho e criar uma centralidade estruturante. -----

Gostava ainda de reafirmar aqui as posições que tomámos. Não só em relação à utilização daqueles espaços, como em relação à persecução do debate público. -----

Tivemos ocasião, de numa reunião de câmara anterior, reafirmar a urgência que púnhamos no debate público, e a necessidade do mesmo ser conduzido pela Câmara Municipal de Odivelas. Nessa mesma reunião, propusemos que fosse criada uma comissão consultiva, composta por todas as forças políticas aqui representadas e esta proposta, a da criação de uma comissão consultiva, que acompanhasse esse debate, foi rejeitada pelo Partido Socialista. -----

Volto a afirmar o que até ao momento, são as nossas propostas, para o que está hoje aqui em discussão. Nós assumimos que deveria ser feito um museu com três valências essenciais, uma virada para a reprodução da vida no Convento, outra que guardasse a história da vida no Instituto de Odivelas e o seu espólio e outra componente desse museu, que fizesse a história de todo este território, desde os tempos pré-históricos aos tempos de hoje, de todo este território que é atualmente o nosso concelho. -----

Propusemos igualmente a construção de um Lar de Idosos, de equipamentos para idosos e para a infância, um Jardim de Infância. Propusemos que, articulando, com a área verde com o grande Parque Central, que agora parece que toda a gente está de acordo, se deslocassem para ali as instalações da Polícia de Segurança Pública, o que permitia de certo modo mitigar alguns problemas de segurança que todos os parques verdes urbanos têm e propusemos igualmente que os espaços, depois do estudo criterioso, pudessem ser fundamentalmente dados a atividades culturais e eventualmente algumas áreas de ensino.----

Dissemos na altura e voltamos a dizer que a zona verde deveria ter uma área comercial, que a tornasse numa zona viva, numa zona bastante viva porque é isso que Odivelas precisa na sua centralidade, e dissemos na altura e voltamos a dizer aqui hoje, a proposta que apresentámos não era uma proposta fechada, era uma proposta para ser enriquecida no âmbito de uma grande discussão pública que voltamos a dizer que achamos que é essencial. -----

É esta a nossa posição e, neste momento votamos favoravelmente esta proposta. -----

Os Vereadores da CDU -----

O Senhor Vereador Marco Pina: -----

“Penso que, possivelmente, ainda não terei sido o suficientemente claro como pretendia, tendo em conta a intervenção da Sra. Vereadora Susana Santos, quanto ao que tenho vindo a referir ao longo desta sessão. Não se trata de bipolaridade, Sra. Vereadora, é muito concreto, objectivo e linear o que tenho vindo a afirmar, o PSD está completamente de consciência tranquila relativamente à matéria em apreço e à sua posição aqui hoje reafirmada. -----

Estamos completamente cientes da importância e da necessidade de ser esta Câmara a gerir este património, contudo a nossa inequívoca discordância é quanto à forma como todo este processo foi conduzido. Como já disse e volto a referir para que não restem mais dúvidas, para nós, a forma como este processo foi gerido faz lembrar um construtor desajeitado e inábil que começa a construir a casa pelo telhado. -----

Obviamente, não estávamos à espera que o Sr. Presidente viesse aqui hoje com um envelope fechado, abrisse o envelope e dissesse: “vamos fazer isto, isto e aquilo”. Não, não é isso Sr. Presidente. O que nós sempre quisemos efetivamente é que, ao tomarmos esta decisão de aprovar este ponto, que previamente à mesma tivesse ocorrido uma discussão séria como o Sr. Presidente se comprometeu realizar, mas que não cumpriu. Ou então que da sua parte e do Partido socialista, que governam em maioria, houvesse uma ideia, um plano, um projecto do qual tivéssemos o fundamental prévio conhecimento. Estamos a falar numa estimativa de custos a rondar os (€16 000.000,00 + IVA) dezasseis milhões de euros mais IVA, de investimento, aos quais temos de adicionar o valor de (€23.200,00) vinte e três mil e duzentos euros durante 50 anos. Obrigatoriamente nesta estimativa teria de estar elencado quais os propósitos da realização do que pretendemos para aquele espaço fundamental para o território de Odivelas e para os Odivelenses. É simplesmente isto! -----

Apenas conhecemos a estimativa do valor global, apenas conhecemos aquelas que são as palavras vagas e vagas do Sr. Presidente, mas não conhecemos mais nada. O Sr. Presidente afirma que é na reabilitação, mas não concretiza objectivamente, por isso continuamos sem conseguir perceber concretamente o que vai ser feito, sendo exactamente isso que importa apurar e esclarecer. -----

Permita que me dirija agora ao Sr. Vereador Paulo César e à Sra. Vereadora Susana Santos para vos dizer o seguinte: o PSD não aceita lições de moral, nem tentativas de condicionamento do seu sentido de voto. Votamos sempre tendo em conta as informações que dispomos e em consciência com o nosso pensamento e com as nossas ideias. -----

O Vereador Paulo César que é uma pessoa bastante inteligente e que eu considero bastante, certamente que quis condicionar o sentido de voto do PSD na sua boa-fé. Porém, deixe-me dizer-lhe que o PSD não tem dúvidas quanto ao seu sentido de voto. -----

O PSD revê-se, convictamente, na transferência de gestão deste espaço para o Município de Odivelas, uma vez que é a melhor forma de devolver a dignidade àquele património de interesse nacional, histórico e

cultural e colocar as suas valências ao serviço da população. Defendemos que este património possa ser gerido por nós, desde que assegurada uma gestão pública que tenha por base um plano de intervenção integrado, alicerçado na criação de equipamentos no domínio da cultura e do turismo, com uma estimativa de custos e de receitas. -----

Para uma decisão fundamentada e segura deveria a Câmara Municipal de Odivelas ter, em tempo, promovido um estudo credível sobre o potencial económico, turístico e cultural do Concelho, ancorado no desenvolvimento das potencialidades do conjunto monumental composto pelo antigo Instituto de Odivelas e Mosteiro de S. Dinis. -----

Sabemos, efetivamente aquilo que queremos e as valências que pretendemos ver implementadas naquele espaço tão importante para a valoração da nossa identidade concelhia e nacional. A história riquíssima deste conjunto monumental, fundado pelo Rei D. Dinis, que por vontade expressa, aqui escolheu ficar sepultado, os factos e personagens da história nacional que aqui deixaram o legado, e que por aqui passaram, fazem deste um património impar. O Museu Municipal e um Centro Interpretativo alicerçado, por exemplo, no estudo e apresentação das ordens religiosas femininas, nos episódios e figuras, cuja vida esteve associada à história do Mosteiro e de Odivelas, são equipamentos que o PSD defende, bem como a abertura ao público e requalificação da imensa zona verde que integram este património. -----

Nem por uma só vez colocámos em causa a transferência da sua gestão para o Município de Odivelas. Em causa está, vou voltar a repetir, a forma amadora, cinzenta e anacrónica como todo o processo foi conduzido. Em causa está a inqualificável e inábil negociação, entre o Governo do Partido Socialista e a Câmara presidida pelo Partido Socialista, que se revela prejudicial para o Município de Odivelas em benefício do Estado. -----

O PSD defende um estudo aprofundado sobre os potenciais daquele património e uma discussão pública séria, que envolva a população. -----

O PSD quer que aquele património possa ser finalmente um verdadeiro polo de atracção turístico e cultural, do qual os odivelenses se possam orgulhar e fruir. -----

O PSD não se revê na forma como este processo foi tratado pela maioria socialista, pelo que, atendendo ao anteriormente exposto, vamos abster-nos nesta votação. -----

Disse. -----

Os Vereadores do PSD" -----

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal. -----

Eram 13h30m quando a Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes se ausentou da reunião. -----

----- PONTO TRÊS -----

PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE ODIVELAS VIVA – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, S.A., PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PLANO DE INTERNALIZAÇÃO DA SUA ATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ODIVELAS E NOMEAÇÃO DO LIQUIDATÁRIO. (PRES) -----

O Senhor Presidente propôs a retirada do Ponto 3, Proposta de Dissolução e Liquidação da Sociedade Odivelas Viva – Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A., Proposta de Aprovação do Plano de Internalização da sua Atividade no Município de Odivelas e Nomeação do Liquidatário, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Eram 13h30, quando o Senhor Presidente declarou encerrada a Reunião, dela tendo sido lavrada a minuta da ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos. -----

Com base na acima referida Minuta, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada pela Câmara Municipal, vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Hugo Martins e por Hernâni Boaventura, Diretor Municipal. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Hugo Martins
(Hugo Martins)

O Diretor Municipal:

Hernâni Boaventura